

doril



Alivium®

APRACUR

Hypera pharma

Hypera S.A. CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

ZERO-CAL

ESTOMAZIL

Lisador

Doralgina

episol



Coristina d

MARACUGINA

Relatório da Administração 2018

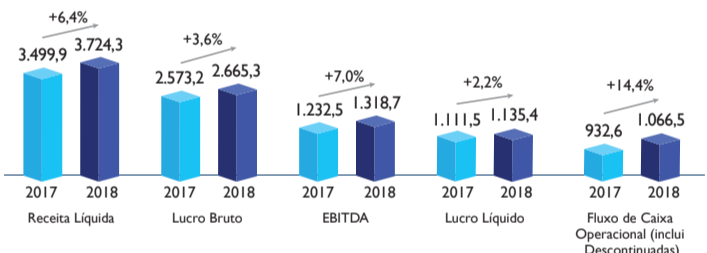
Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Hypera S.A. ("Companhia" ou "Hypera Pharma") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Mensagem da Diretoria

Em 2018, a Receita Líquida da Hypera Pharma totalizou R\$3.724,3 milhões, com crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior. O desempenho da linha de produtos Neo Química nos mercados de medicamentos genéricos e similares foi um dos principais fatores que suportaram esse resultado. Durante o ano, incrementamos nosso investimento em inovação, que chegou a 4,9% de nossa Receita Líquida, culminando no lançamento de 70 produtos. Como consequência, nosso índice de inovação, que aponta o percentual de nossa Receita Líquida proveniente de produtos lançados nos últimos cinco anos, chegou ao nível de 30% no ano, com aumento de 1,9 ponto percentual em relação a 2017. Além da capacidade interna de inovação, com cerca de 300 pessoas dedicadas à expansão de nosso portfólio, também contribuiu para esse desempenho a busca por parcerias nacionais e internacionais, por meio de nosso time de Novos Negócios. A Companhia se manteve entre os principais anunciantes do Brasil, segundo o Kantar Ibope Media e, em 2018, investiu 22,0% de sua Receita Líquida em Marketing, incluindo não só propaganda ao consumidor, como também marketing nos pontos de venda e visitação médica, executada por uma das equipes de campo mais produtivas do Brasil. Como resultado desses investimentos consistentes em suas marcas, recebemos três prêmios Lupa de Ouro, uma das principais premiações do mercado farmacêutico, com as marcas Benegrip e Benegrip Multi, Ofolato e Peridal. Adicionalmente, o antigrip Benegrip, pelo segundo ano consecutivo, e os adoçantes Zero-Cal, pelo 15º ano consecutivo, conquistaram o prêmio Top of Mind em suas categorias no Brasil. Com esforços combinados de inovação, marketing e distribuição, já possuímos 11 power brands, marcas cujo faturamento individual supera o patamar de R\$100,0 milhões: Addera D3, Alivium, Benegrip, Coristina d, Episol, Epcocler, Lisador, Neosoro, PredSim, Torsilax e Zero-Cal, marcas tradicionais no mercado brasileiro. Em 2018, nosso Lucro Líquido avançou 17,1% em relação a 2017, chegando a R\$1.129,6 milhões, e o Lucro Líquido das Operações Continuadas¹ foi de R\$1.135,4 milhões, atingindo o *guidance* da Companhia para o ano. Da mesma forma, também atingimos o *guidance* de EBITDA das Operações Continuadas, com um montante de R\$1.318,7 milhões no ano, ou 7,0% acima do valor registrado em 2017. Encerramos o ano com geração de caixa recorde: em 2018, reportamos Fluxo de Caixa Operacional de R\$1.066,5 milhões, com aumento de 14,4% em relação a 2017. O Fluxo de Caixa Livre, já descontadas as compras de ativo imobilizado, intangíveis e outros ajustes relacionados a venda de ativo permanente, chegou a R\$845,6 milhões. Com isso, mantivemos posição de caixa líquido positivo de R\$1.060,1 milhões. Mantivemos nossa capacidade de retornar capital a nossos acionistas e distribuímos cerca de R\$612,0 milhões em juros sobre o capital próprio. Mesmo após o pagamento desse montante, nossa posição de caixa líquido *pro forma* se manteve positiva em R\$499,8 milhões.

Principais Indicadores

Destques Financeiros (Operações Continuadas) R\$ milhões



A Receita Líquida alcançou R\$3.724,3 milhões em 2018, com aumento de 6,4% em comparação com o ano anterior. Esse crescimento combina expansão tanto em preço, quanto em volume, com destaque para o desempenho da Companhia no mercado de Similares e Genéricos. Na mesma base de comparação, o Lucro Bruto cresceu 3,6%, para R\$2.665,3 milhões, com margem de 71,6%, ou seja, uma redução de 1,9 ponto percentual em relação ao ano anterior. O EBITDA das Operações Continuadas aumentou 7,0% em relação a 2017, para R\$1.318,7 milhões, com margem de 35,4% da Receita Líquida, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior. O Lucro Líquido das Operações Continuadas atingiu R\$1.135,4 milhões, com crescimento de 2,2% em relação a 2017. Combinado ao resultado líquido das Operações Descontinuadas, que geraram prejuízo de R\$5,8 milhões no ano, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$1.129,6 milhões em 2018, com expansão de 17,1% em relação a 2017. O Fluxo de Caixa Operacional foi recorde em 2018 e cresceu 14,4% em relação a 2017, chegando a R\$1.066,5 milhões.

Cenário Macroeconômico

O cenário econômico brasileiro permaneceu volátil ao longo de 2018, sob influência tanto de fatores internos, como de influência externa. Internamente, a incerteza política e eleitoral fez-se novamente presente, incluindo episódios de grande tensão, como a greve dos caminhoneiros deflagrada em maio. Externamente, conflitos geopolíticos e comerciais, especialmente envolvendo EUA, China, Rússia e países do Oriente Médio, levaram a uma tendência global de valorização do dólar-americano durante o ano. No Brasil, o mercado de câmbio sentiu tais pressões, e a moeda brasileira cedeu diante da americana, que avançou 16,2% contra o real, encerrando o mês de dezembro cotada a R\$3,87 na venda. Foi uma das cinco maiores perdas de moedas contra o dólar no mundo em 2018. Com preços de alimentos e gasolina em alta, a inflação se elevou em relação ao ano anterior, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou ao final do ano ao patamar de 3,75%. Apesar, disso, o índice veio novamente abaixo do centro - equivalente a 4,5% - do intervalo definido como meta oficial. Com a inflação controlada, dentro da expectativa do Banco Central do Brasil, e sem sinais de recuperação consistente da economia, a autoridade monetária encorreu a política de redução da taxa básica de juros, mantendo a Selic a 6,5% ao ano a partir de março de 2018, menor nível até agora registrado na história. No mercado farmacêutico, a expansão nominal foi de 9,8% no ano em relação a 2017, segundo o IQVIA, próxima ao crescimento histórico do setor no últimos anos, mas menor do que os 12,0% registrados no ano anterior. Esse desempenho foi marcado por desacelerações, em termos nominais, nos três grandes segmentos do mercado, em particular em Produtos de Prescrição. Entretanto, em termos de volumes, o crescimento de mercado acelerou 0,7 ponto percentual para 6,6% na comparação com o ano anterior, com destaque para os mercados de Consumer Health, Similares e Genéricos, ainda segundo dados do IQVIA.

Perspectivas

Segundo análise do IQVIA, o mercado farmacêutico brasileiro possui perspectiva de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos. Tal avanço seria fundamentado, em grande parte, por crescimento em termos de volume, relacionado ao acelerado processo de envelhecimento da população brasileira, que deve contar com quase 30% de pessoas acima de 60 anos até 2050, conforme informações do IBGE. Segundo informações do mesmo instituto, o consumo de medicamentos dessa classe demográfica é maior, em comparação com faixas etárias mais jovens, de forma que a penetração de medicamentos no Brasil pode exibir trajetória crescente ao longo das próximas décadas. Em setembro de 2018, o IQVIA projetava que o mercado farmacêutico brasileiro, no canal varejo, presente, nos anos de 2019 a 2022, crescimentos anuais compreendidos entre 8,3% e 6,4%, com a maior taxa de expansão esperada para o primeiro ano dessa série e redução gradativa para a menor taxa, para o último ano. Após análise do cenário macroeconômico e da dinâmica dos mercados em que atua, a Companhia estabeleceu a seguinte projeção financeira ("*guidance*") para o exercício de 2019:

- Lucro Líquido de ao redor de R\$1.225,0 milhões.

Governança Corporativa

Em 26 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou constituir Comitê Especial Independente para coordenar nova apuração dos fatos que foram objeto de Fato Relevante em 10 de abril de 2018 e de Comunicado ao Mercado em 20 de abril de 2018. No mesmo dia 26 de abril, o Conselho de Administração da Companhia também deliberou pela aceitação de pedidos de afastamento voluntário de seu então Presidente do Conselho e seu então Diretor Presidente (CEO), pelas razões neles formuladas, notadamente a de permitir ampla liberdade e completa isenção na apuração interna e nas investigações conduzidas pelas autoridades competentes. Ainda em 26 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia designou nomes para renovar nossa Diretoria Estatutária: Breno Oliveira foi indicado para o cargo de Diretor Presidente (CEO); Vivian Angiolucci, para o cargo de Diretora Executiva Financeira (CFO); Luiz Clavis para o cargo de Vice-Presidente de Vendas e Marketing e Adalmario Couto para o posto de Diretor de Relações com Investidores (DR). Juliana Damião e Armando Ferreira permaneceram em seus cargos de Diretora Executiva Jurídica e de Compliance e Diretor Executivo Tributário, respectivamente. Além disso, na mesma data, Luiz Violland foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Em 23 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia indicou os Srs. Andrew Jänszky, Antonio Luis Pizarro Manso e José Luis de Salles Freire como membros do Comitê Independente mencionado acima. Ao final de suas atividades, o comitê deverá apresentar suas conclusões ao Conselho, para que este possa deliberar quanto às medidas necessárias. Em paralelo e em complemento ao trabalho desenvolvido pelo Comitê Independente, a Companhia, por meio dos seus assessores legais especializados, tem apoiado e colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes. A Companhia avaliará, com base nos resultados apurados, e com o apoio de seus assessores legais especializados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de acordos com as autoridades competentes.

¹ Operações Continuadas excluem os negócios de Cosméticos, Preservativos e Produtos Descartáveis, descontinuados entre 2016 e 2017.

Perfil e Unidades de Negócio

A Hypera Pharma é uma das maiores empresas farmacêuticas do Brasil e está presente em todos os segmentos relevantes do setor. Com posição de liderança em diversas categorias, oferece produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação e crescendo de forma sustentável, para que as pessoas vivam mais e melhor. A Companhia está presente nos principais Mercados do varejo farmacêutico nacional: **Produtos de Prescrição**: Presente nas principais classes terapêuticas do país, atua em *Primary Care* (Cuidados Básicos) com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa. Detém nesse segmento um portfólio de medicamentos altamente reconhecidos e recomendados pela comunidade médica, com produtos como PredSim, Celestamine, Maxsulid, Diprosan, Mioflex-A, Addera D3. Em dermatocósméticos, atua como Mantecorp Skincare, com produtos recomendados por dermatologistas e desenvolvidos especialmente para as características da população brasileira. Essa unidade de negócios é suportada por uma equipe altamente produtiva de visitação médica, que realiza mais de 260 mil visitas a médicos por mês. **Consumer Health**: É líder no mercado de medicamentos isentos de prescrição, com marcas ícones reconhecidas pelos brasileiros há décadas, incluindo Apracur, Benegrip, Coristina d, Doril, Engov, Epcocler, Estomazil, dentre outras. A unidade atua também nos segmentos de nutricionais e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca *Top of Mind* por 15 anos consecutivos. É uma das maiores investidoras de mídia do Brasil, com dezenas de campanhas publicitárias a cada ano em meios tradicionais e digitais. **Similares e Genéricos**: Com marca Neo Química, o remédio da família brasileira, é líder nos mercados de Similares e Genéricos em que está presente. A Neo Química chega a mais de 80% dos lares no Brasil, cumprindo a missão de promover acesso à saúde com produtos de qualidade para a população. A força da companhia no mercado farmacêutico está apoiada em uma operação de larga escala e baixo custo, centralizada no maior complexo operacional farmacêutico da América Latina, localizado em Anápolis, em Goiás.

Portfólio & Inovação

A Hypera Pharma vem aumentando continuamente seus investimentos em inovação, que representa uma das principais oportunidades para crescimento no setor farmacêutico, uma vez que áreas terapêuticas com grau de inovação elevado têm crescido mais no país, segundo dados do IQVIA. Em 2018, a Companhia investiu mais de R\$180,0 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, ou quase o dobro do valor investido em 2016. Como percentual da Receita Líquida, esses investimentos passaram de 3,0%, em 2016, para 4,0%, em 2017, e, por fim, para 4,9%, em 2018. Desde 2017, a Companhia tem o apoio do Hynova, centro de pesquisa e desenvolvimento que conta com 7,5 mil metros quadrados de área construída, com laboratórios dedicados a medicamentos, dermatocósméticos e nutraceuticos, além de desenvolvimento analítico. Em 2018, o centro passou a operar em sua capacidade total, com até 150 projetos simultâneos em andamento, contando com cerca de 300 pessoas dedicadas a inovação, agregando conhecimento técnico a equipamentos de ponta para desenvolver até 20 tipos diferentes de formas farmacêuticas. Como reconhecimento por seus esforços para construir uma sólida infraestrutura de inovação, a Hypera Pharma foi reconhecida em 2018 como um dos destaques na categoria Inovação do Prêmio Empresas Mais, do jornal O Estado de S. Paulo. Além do desenvolvimento interno, a Companhia também busca parcerias para ter acesso a tecnologias e produtos desenvolvidos por terceiros que possam fazer parte de seu portfólio, acelerando o ritmo de lançamentos nos diversos segmentos em que está presente. Para tanto, conta com uma equipe de *Business Development*, que busca transferência de tecnologia, co-desenvolvimento de produtos, licenciamentos, dentre outras possíveis formas de parcerias, em modelo aberto de inovação. Essa equipe apresenta a Companhia como parceiro ideal ou parceiro de escolha a terceiros, dada sua escala, gestão profissionalizada e *expertise* em marketing, vendas e operações de baixo custo. Em 2018, a Companhia lançou 70 novos produtos, principalmente nos mercados de Produtos de Prescrição e *Consumer Health*, mas também alguns medicamentos de maior complexidade no mercado de Genéricos e uma linha de suplementos vitamínicos em Similares. Em Produtos de Prescrição, a lista de lançamentos inclui produtos que representam a entrada da companhia em novas categorias, como Latolise (lactase, indicado para intolerância à lactose, nas versões gotas e comprimidos), Velunid (*diosmina + hesperidina*, indicado para insuficiência venosa) e Novotram (*cloridrato de tramadol*, indicado para tratamento de dor moderada a grave); ou extensões de linha, como Colflex Bio e Colflex vit, colágenos que ampliam a linha da marca. Em Dermatocósméticos, sob a marca Mantecorp Skincare, foram lançadas extensões de linha de Episol (fotoproteção), Epidac (limpeza da pele), Glycare (limpeza e hidratação) e Pielus (anticaspa). A linha geneológica da Mantecorp Farmasa foi ampliada, com a chegada de Gestamax (*omega 3*) e Lubrinat (*hialuronato de sódio*). No mercado de *Consumer Health*, a Companhia apresentou as extensões de linha Doril DC 500, na linha de analgésicos da marca, além das versões Kids, Fibras e probium de Tamarine, marca especialista na saúde do intestino, com opções de fitoterápicos, fibras e probióticos. Além disso, realizou o *switch* da marca Miorrelax, com suporte de mídia de massa e presença nas grandes redes de farmácia. Também lançou, no mercado de nutricionais, os adoçantes saborizados Zero-Cal Sabores. No mercado de Similares, a Hypera Pharma lançou a linha de suplementos vitamínicos Centrotabs, para atacar o mercado de polivitânicos, segmento em que a Companhia ainda não tinha presença relevante. Em Genéricos, com a marca Neo Química, a Companhia lançou moléculas como *nitazoxanida* (vermífugo), *cloridrato de nebulivol* (anti-hipertensivo) e *aiprprazol* (para esquizofrenia), moléculas de alta complexidade e baixa concorrência no mercado.

Investimentos

Em 2018, a Hypera Pharma investiu R\$127,8 milhões em ativos imobilizados no ano, principalmente em iniciativas para aumento de eficiência e de capacidade produtiva em suas subsidiárias operacionais. Em 2018, a Companhia também investiu R\$91,1 milhões em intangíveis, basicamente relacionados ao desenvolvimento de novos produtos.

Gestão de Pessoas

Em 2018, a Hypera Pharma introduziu uma nova plataforma de benefícios a seus colaboradores e familiares, o Programa Tem Valor, focado em saúde integral e bem-estar completo. Desde sua criação, o programa já inclui iniciativas voltadas para melhoria da qualidade de vida, em parceria com o Gympass - que oferece acesso a mais de 16 mil academias com descontos -, e para orientação psicológica, jurídica e financeira, com o Programa de Apoio Pessoal. Visando atrair jovens talentos, a Companhia reformulou seu Programa de Estágio em 2018. Os estudantes selecionados para a turma iniciada em 2019 contarão com um trilha de desenvolvimento com treinamentos e programas para compartilhamento de experiências e conhecimentos. Foram mais de 6 mil inscritos para cerca de 30 vagas no grupo. O número de colaboradores da Hypera Pharma ao final dos três últimos exercícios sociais está indicado na tabela a seguir. A redução do número de colaboradores entre 2016 e 2017 está atrelada sobretudo à venda dos negócios de Preservativos e Produtos Descartáveis. Em 2018, cerca de 48% da equipe da Companhia era composta por mulheres, incluindo 38% da diretoria executiva, 41% da diretoria e 46% das pessoas em cargos de supervisão ou coordenação. Essas participações cresceram 3, 28, 11 e 5 pontos percentuais em relação a 2016.

Colaboradores	2016	2017	2018
Administrativo e Vendas	3.647	3.080	3.121
Operacional	5.140	3.433	3.968
Total de Colaboradores	8.787	6.513	7.089

Mercado de Capitais

As ações de emissão da Hypera Pharma são negociadas sob o símbolo HYPE3 no Novo Mercado da B3 - segmento da bolsa brasileira que congrega as companhias abertas com os mais elevados padrões de governança corporativa no Brasil -, e integram as carteiras de referência dos seguintes índices da bolsa brasileira:



Ao final de 2018, o total de ações de emissão da Companhia se manteve em 632.238.060 ações ordinárias, das quais 62,9% estavam em livre circulação no mercado. Com volume médio diário negociado equivalente a R\$61,8 milhões, as ações HYPE3 encerraram o ano cotadas a R\$30,20, com desvalorização de 16,1% em relação ao final de 2017. No mesmo período, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, avançou 15,0%, encerrando o ano em 87.887 pontos. A Companhia possui um Programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) nível I, com títulos negociados em mercados de balcão não organizado nos Estados Unidos. Em abril de 2018, a Companhia recomprou 120.000 ações ordinárias de sua própria emissão dentro do programa de recompra aberto em 8 de dezembro de 2017, cujo principal objetivo era manter ações em Tesouraria para serem utilizadas no âmbito dos programas de opção de compra de ações. A quantidade a ser adquirida poderia chegar ao limite de 10 milhões de ações, que representavam 2,6% do total em livre circulação no mercado na data de abertura do programa, cuja duração máxima era de 18 meses. Dentro desse plano, encerrado em novembro de 2018, a Companhia recomprou ainda 8.646.400 ações em 2017, perfazendo um total de 9.766.400 ações.

Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da controladora e após a constituição das reservas previstas em lei. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações de emissão da Companhia e irá depender de diversos fatores, dentre eles, resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros eventuais elementos que o Conselho de Administração e os acionistas julgarem relevantes.

Em janeiro de 2019, a Hypera Pharma distribuiu um montante total de aproximadamente R\$612,0 milhões a acionistas em Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

A tabela a seguir indica o histórico de pagamentos de dividendos nos últimos três exercícios sociais:

	2016	2017	2018
Dividendos totais (R\$ milhões)	316,2	409,8	581,3
Dividendo por ação (R\$)	0,50	0,65	0,92

Responsabilidade Social

A Hypera Pharma tem "Responsabilidade Social" como um dos principais pilares de sua atuação corporativa. A seguir, estão listadas as principais iniciativas da Companhia e suas subsidiárias realizadas com e para seus colaboradores e a comunidade do entorno de suas operações.

Assistência Social:

- CDI - Centro de Desenvolvimento Infantil: A Companhia mantém em sua filial de Anápolis (GO) uma creche para filhos e filhas de colaboradores, com idade entre zero e seis anos incompletos, devidamente equipada para atender às necessidades das crianças. Mais de 250 colaboradores têm filhos e filhas matriculadas na instituição.
- Voluntariado:
- *Programa Receita do Bem*: a partir do segundo semestre de 2018, a Companhia estruturou seu próprio programa de voluntariado permanente, com iniciativas relacionadas a temas de Saúde. Duas ações foram realizadas no ano com participação de cerca de 30 voluntários.
- *AHPAS*: Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia promoveu entre seus colaboradores campanha para doação de sacolas de Natal em parceria com a AHPAS - Associação Helena Piccardi Andrade Silva - que oferece transporte gratuito para crianças e adolescente em tratamento contra o câncer.
- *Campanha do Agasalho 2019*: a campanha arrecadou itens em unidades da Companhia, que foram doadas para a plataforma social Atados.
- *Campanha de Arrecadação de Brinquedos - Dia das Crianças*: a Companhia organizou campanha, pelo segundo ano consecutivo, para doação de brinquedos ao Instituto Gábi, instituição que trabalha a inclusão social para pessoas carentes com deficiência.
- *Benegrip - parceria com Atados*: a marca, com o mote "O Bem Contagia", apoiou em 2018 o Dia das Boas Ações, um dos maiores eventos de mobilização voluntária do mundo, organizada no Brasil pela plataforma social Atados.
- *Benemias - Benegrip*: A marca promoveu uma campanha para arrecadar fundos para entidades sociais que atendem ao público idoso em diferentes regiões do Brasil. Para isso, Benegrip desenvolveu uma "meia social", cuja venda era revertida para manter um idoso aquecido. Cerca de 15 mil meias foram vendidas no projeto.
- Instituto Horas da Vida: *Mantecorp Farmasa* e *Mantecorp Skincare* são patrocinadoras do projeto, que estrutura uma rede de voluntariado com médicos, com foco em tratamentos de baixa complexidade. Em 2018, também foi organizado com o instituto um Mutirão da Saúde durante o qual mais de 100 crianças e jovens receberam atendimento médico. O evento contou com participação de 35 voluntários da Companhia.

Segurança e Saúde:

- Programa de Gestantes: Dá suporte a colaboradoras gestantes, com palestras mensais que fornecem informações sobre procedimentos para uma gestação saudável. No mês que antecede o parto, as participantes recebem um kit de produtos infantis. O programa se estende à comunidade do entorno da unidade da Companhia localizada em Anápolis.

Qualidade de Vida e Educação:

- Programa de Qualidade de Vida: Inclui atividades de integração, eventos sociais e esportivos, ginástica laboral e iniciativas de prevenção a doenças.
- Programa de Parcerias Educacionais, por meio do qual a Companhia estimula o autodesenvolvimento de seus profissionais, que podem usufruir descontos de 5% a 40% em cursos de idiomas, universitários e técnicos disponíveis em organizações conveniadas.

Gestão Ambiental

Para reduzir os impactos ambientais de suas operações e contribuir com a preservação de recursos naturais, a Hypera Pharma e suas subsidiárias buscam otimizar seus processos operacionais, monitorar indicadores de consumo e promover ações de redução de uso e de conscientização de seus colaboradores a respeito da preservação do ambiente. Para tanto, os principais indicadores ambientais (água, energia, efluentes e geração/destinação de resíduos perigosos e não perigosos) são monitorados, segundo as melhores práticas nacionais e internacionais.

Em 2018, a Companhia finalizou seu primeiro inventário completo de emissão de gases de efeito estufa (GEE), consolidando informações de todas suas operações, segundo a metodologia do Programa Brasileiro de *GHG Protocol* e com base em dados do ano de 2017. O total de emissões foi de 20.620,4 tCO₂e, considerando os Escopos 1 e 2. Os dados referentes ao ano de 2018 devem ser compilados em 2019 para publicação conjunta com o *GHG Protocol*. Em termos de emissões por unidade produzida, houve redução de 0,031 para 0,030, em tCO₂e. Como reconhecimento pela transparência nas informações prestadas sobre as emissões de GEE do grupo, as ações HYPE3 se mantiveram na carteira do IC02 (Índice Carbono Eficiente) da B3 em 2018. Os papéis da Companhia também compõem a carteira do Índice para o primeiro quadrimestre de 2019, com peso de 1,97%.

No âmbito do PURA - Programa de Uso Racional da Água, a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) de Anápolis alcançou uma eficiência de remoção de poluentes de 98,3%, ou 0,3 ponto percentual acima do ano anterior. Em Goiânia, a ETE recebeu investimentos da ordem de R\$1,0 milhão, para implantação de um sistema moderno de nanofiltração, que pode chegar a quase 100% de eficiência na remoção. Em Anápolis, foram reutilizados mais de 3.600 metros cúbicos de água, alimentando sistemas de irrigação, dentre outros usos; com o reuso, foram economizados cerca de R\$2,3 milhões com taxas de esgoto em 2018.

Em 2018, o Programa Recicle Mais gerenciou mais de 6,2 mil toneladas de resíduos sólidos, dos quais 50% são enviados para reciclagem, gerando uma receita de quase R\$1,2 milhão com a venda de resíduos recicláveis. Cerca de 90% dos resíduos perigosos gerados pelas operações do grupo são destinados a coprocessamento, garantindo a utilização do resíduo como fonte energética na indústria do cimento.

Como parte do programa, resíduos recicláveis de coletores internos e de pontos de Coleta de Resíduos Doméstico trazidos de casa por colaboradores são doados a cooperativas de catadores em Anápolis, Goiânia e Barueri. Também são doadas outras 10 toneladas mensais de papelão em Anápolis. Em 2018, quase 160 mil toneladas de resíduos foram doados a cooperativas. Contribuindo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi iniciado em 2018 o Projeto Descarte Consciente de Medicamentos, com instalação de coletores em três unidades da Companhia. Mais de 5 mil famílias são impactadas pelo programa, que recolhe tanto medicamentos, como embalagens, mitigando impactos ambientais sobre recursos hídricos e solo.

No Programa Plantar, a Companhia e suas subsidiárias continuam incentivando, em 2018, o plantio de hortas orgânicas em diversas instituições, como modo de conscientização sobre plantio, uso orgânico e manejo sustentável da terra. Também são distribuídas mudas aos colaboradores em diversas unidades da Companhia.

Ao longo do ano, diversas atividades voltadas para a educação ambiental foram realizadas nas diversas unidades da Companhia e suas subsidiárias, incluindo o programa Fale Verde, que fornece treinamento periódico a colaboradores sobre temas relacionados ao ambiente e aos programas ambientais existentes na organização. Ao todo, mais de 3 mil colaboradores participaram de mais de 100 horas de eventos do programa.

Câmara de Arbitragem

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as disputas e controvérsias decorrentes de ou relacionadas ao Estatuto Social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da B3 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3.

Relacionamento com Auditores

Em 11 de junho de 2018, a Hypera Pharma anunciou que seu Conselho de Administração aprovou a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") como sua empresa de auditoria independente, de acordo com recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, em substituição à KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), em função do rodízio periódico obrigatório. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que no exercício de 2018 não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa que tivessem remuneração igual ao maior que 5% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Nossos auditores independentes declararam à Administração que não possuem aspectos de independência que pudessem afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

HYPERA S.A.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma

de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos): Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2019.

(i) **Transição:** A Companhia e suas controladas definiram uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento da mesma durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, apresentando efeito cumulativo de aplicação inicial da norma na data inicial (1º de janeiro de 2019). Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima um efeito cumulativo da adoção inicial, nos ativos de direito de uso no valor de R\$ 50.583, nos passivos de arrendamento de R\$ 55.955, nos ativos de impostos diferidos de R\$ 1.826 e um ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados de R\$ 3.546 em 1º de janeiro de 2019.

Outras alterações: Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. • Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. • Alterações trazidas pela Interpretação Técnica ICP 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, com relação ao esclarecimento de como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando, há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3). Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios: As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, no qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa (Nota 8). Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o desempenho patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida: A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais: A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* e a reversão dessas perdas em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Impairment: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017: Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e, empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Outros passivos financeiros: A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro.

2.8. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques.

2.10. Intangíveis

a. Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

liquidado. Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(b) Demais tributos a recuperar: São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais.

2.20. Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem as condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, liquidação de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria: A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.22. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar. A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica “deduções de vendas”, sendo o crédito efetuada mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS. Este benefício, por ocasião do encerramento do exercício, são destinados para a Reserva de subvenção governamental. A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir.

2.23. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias: As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeta, de acordo com o contrato de venda e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

2.24. Arrendamentos: Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor. Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.25. Resultado por ação: A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme o pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação). O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias dilutivas.

2.26. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários na forma de juros sobre capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos sob utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Esses dividendos intercalares não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

2.27. Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração de Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.28. Ajustes não significativos de períodos anteriores: A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/IFRS 15 (Nota 2.1) e assim efetuou a reclassificação de Demonstração de Resultado de acordos comerciais, anteriormente classificados como despesas comerciais, para deduções de vendas. Os impactos dos ajustes na demonstração do resultado do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)
3.760.942	(138.559)	3.622.383	6.638.458	(138.559)	3.499.899
(1.352.749)	-	(1.352.749)	(926.746)	-	(926.746)
2.408.193	(138.559)	2.269.634	2.711.712	(138.559)	2.573.153
Receita líquida					
Custo dos produtos vendidos					
(1.276.587)	138.559	(1.138.028)	(1.363.816)	138.559	(1.225.257)
(133.462)	-	(133.462)	(184.428)	-	(184.428)
3.477	-	3.477	(6.340)	-	(6.340)
104.235	-	104.235	2.868	-	2.868
Resultado antes das receitas e despesas financeiras					
1.105.856	-	1.105.856	1.159.996	-	1.159.996
139.391	-	139.391	167.091	-	167.091
(80.644)	-	(80.644)	(113.740)	-	(113.740)
58.747	-	58.747	53.351	-	53.351
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
1.164.603	-	1.164.603	1.213.347	-	1.213.347
(53.127)	-	(53.127)	(101.871)	-	(101.871)
Resultado líquido das operações continuadas					
1.111.476	-	1.111.476	1.111.476	-	1.111.476
Operações descontinuadas					
Resultado líquido de operações descontinuadas					
(146.534)	-	(146.534)	(146.534)	-	(146.534)
964.942	-	964.942	964.942	-	964.942
Resultado líquido do exercício					
Os impactos dos ajustes na demonstração do valor adicionado do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2017, estão apresentados a seguir:					
		Controladora		Consolidado	
31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)
4.099.719	(324.718)	3.775.001	4.156.503	(160.425)	3.996.078
(155.863)	-	(155.863)	(184.520)	(163.123)	(347.643)
1.787	-	1.787	74.977	-	74.977
(26.608)	-	(26.608)	(26.692)	-	(26.692)
3.919.035	(324.718)	3.594.317	4.020.268	(323.548)	3.696.720
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos materiais, das mercadorias e dos serviços vendidos					
(1.375.740)	-	(1.375.740)	(724.969)	-	(724.969)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros					
(1.377.019)	324.718	(1.052.301)	(1.633.940)	323.548	(1.310.392)
(56.831)	-	(56.831)	(58.362)	-	(58.362)
(2.809.590)	324.718	(2.484.872)	(2.417.271)	323.548	(2.093.723)
1.109.445	-	1.109.445	1.602.997	-	1.602.997
(24.419)	-	(24.419)	(76.912)	-	(76.912)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia					
1.085.026	-	1.085.026	1.526.085	-	1.526.085
Valor adicionado recebido em transferência					
91.636	-	91.636	5.249	-	5.249
142.537	-	142.537	175.135	-	175.135
234.173	-	234.173	180.384	-	180.384
1.319.199	-	1.319.199	1.706.469	-	1.706.469
Distribuição do valor adicionado					
Impostos, taxas e contribuições					
(192.888)	-	(192.888)	(199.033)	-	(199.033)
6.037	-	6.037	115.626	-	115.626
(198.925)	-	(198.92			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma

d. Contingências passivas: A Nota 26 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

a. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos que podem negociar especulativas e venda a descoberto.

b. Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Consolidado			
	2018		2017	
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	R\$ mil
Passivo				
Fornecedores	11.945	-	46.377	16.292
Cessão de crédito por fornecedores	40.967	-	159.063	32.100
Empréstimos e financiamentos	-	20.401	90.761	50.290
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(50.055)	(20.090)	(283.727)	(92.826)
Contas a pagar	489	-	1.900	-
Exposição líquida	3.346	311	14.374	5.856
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e <i>hedge</i> alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:				

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	97.150	97.150	-	-
Financiamento TJLP	260.252	260.252	-	-
Financiamento TR	44.348	142.169	-	-
Títulos a pagar CDI	18.070	18.070	-	-
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(1.565.258)	(1.632.296)	-	-
Exposição líquida	(1.145.438)	(1.114.655)	-	-

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez: A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

	Consolidado - 2018			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	103.440	98.441	369.395	113.995
Títulos a pagar	18.070	-	-	-
Fornecedores	198.119	-	-	-
Cessão de créditos por fornecedores	161.200	-	-	-
Contas a pagar	160.446	1.602	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.018)	-	(4.792)	-
	636.257	100.043	364.603	113.995

	Consolidado - 2017			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Debêntures	99.104	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	249.279	75.437	208.545	160.010
Títulos a pagar	19.669	-	-	-
Fornecedores	178.271	2.348	-	-
Cessão de créditos por fornecedores	124.304	-	-	-
Contas a pagar	200.649	11.855	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(10.618)	-	-	-
	860.658	89.640	208.545	160.010

f. Derivativos: No ano de 2018 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial. As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (h) a seguir). Em 31 de dezembro de 2018, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 283.727 (Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 337.580) no consolidado e R\$ 89.378 (Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 198.491) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 485 (Em 31 de dezembro de 2017 ganhos de R\$ 9.314) no consolidado e perdas no valor de R\$ 4.480 (Em 31 de dezembro de 2017 ganhos de R\$ 8.398) na controladora. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo	Contrapartes	Valor de referência (nacional)		Valor justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		Dezem- bro/18	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/17
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo							
Posição comprada	BofA, Bradesco, Morgan Stanley	-	2.816	-	34	143	(7)
Posição vendida	-	-	-	-	-	4	-
Contratos de Swap		89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	326.150
Posição comprada	Itaú	89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	118.849
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-207.301
Subtotal		89.378	168.491	(4.480)	7.333	3.753	326.143
Taxa de Juros							
Contratos de Swap							
Posição Ativa-Pré	Santander	-	30.000	-	1.065	989	(59)
Total		89.378	198.491	(4.480)	8.398	4.742	326.084

Tipo	Contrapartes	Valor de referência (nacional)		Valor justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		Dezem- bro/18	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/17
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo							
Posição comprada	BofA, BR Partners, Bradesco, Citibank, Itaú, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander, MUFJ	205.740	141.905	4.916	950	17.209	(34.983)
Posição vendida	-	(11.392)	-	49	-	80	992
Contratos de Swap		89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	326.150
Posição comprada	Itaú	89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	118.849
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-207.301
Subtotal		283.727	307.580	485	8.249	20.899	292.159
Taxa de Juros							
Contratos de Swap							
Posição Ativa-Pré	Santander	-	30.000	-	1.065	989	(59)
Total		283.727	337.580	485	9.314	21.888	292.100

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA. (ii) Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.

h. Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I), considerando 6,60% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

	Consolidado					
	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
Apreciação	3,622	4,134	2,908	4,847	1,939	5,817
Depreciação						
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(18.523)	18.523	(70.175)	70.175	(140.350)	140.350
Contratos a termo	(12.640)	12.640	(47.887)	47.887	(95.774)	95.774
Swap	(5.883)	5.883	(22.288)	22.288	(44.576)	44.576
Objeto do hedge econômico	18.638	(18.638)	70.609	(70.609)	141.219	(141.219)
Empréstimos e financiamentos e títulos a pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	18.638	(18.638)	70.609	(70.609)	141.219	(141.219)
Efeito líquido	115	(115)	434	(434)	869	(869)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2019.

Controladora	Cenários de variação		Variação de 25%	Variação de 50%
	Cenário Provável*	Cenário II		
Empréstimo CDI	27	1.554	3.109	-
Financiamentos TJLP	122	4.541	9.083	-
Empréstimo TR	4	-	-	-
Títulos a pagar CDI	5	289	578	-
Aplicações financeiras	(441)	(25.044)	(50.088)	-
Total do efeito perda (ganho)	(283)	(18.650)	(37.318)	-
Consolidado				
Cenários de variação				
Empréstimo CDI	27	1.554	3.109	-
Financiamentos TJLP	122	4.541	9.083	-
Empréstimo TR	14	-	-	-
Títulos a pagar CDI	5	289	578	-
Aplicações financeiras	(460)	(26.117)	(52.233)	-
Total do efeito perda (ganho)	(292)	(19.733)	(39.463)	-
* Premissas Cenário Provável				
CDI previsto de 6,43% a.a.				
TR previsto de 0,01% a.a.				
TJLP prevista de 7,03% a.a.				

5 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	564.309	656.329
Total de títulos a pagar	18.070	19.669
Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro	4.480	(7.299)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.646.869)	(1.522.135)
Dívida líquida	(1.060.010)	(853.436)
Total do patrimônio líquido	8.267.673	7.737.759
Patrimônio líquido ajustado	7.207.663	6.884.323
Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido (*)	N.A.	N.A.

6 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO (CONSOLIDADO)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 b). A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente ou por seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.292	7.292
Total do ativo	-	7.292	7.292
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.807	-
Total do passivo	-	6.807	-

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.132	10.132
Total do ativo	-	10.132	10.132
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	818	818
Total do passivo	-	818	818

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 CONTABILIDADE DE COBERTURA (HEDGE ACCOUNTING)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação prospectiva, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%. Especificamente para o *hedge accounting*, a Companhia ainda não adotou a nova regra do CPC 48 (IFRS 9). Como faculta a norma, decidiu não adotar a prática contábil de *hedge accounting* para as operações em aberto em 1º de janeiro de 2018.

Hedges de fluxos de valor justo: Atualmente a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor		Perda no resultado
			principal	Saldo ativo/(passivo)	
Empréstimo - 4131	EUR + spread	Valor justo	89.378	89.970	(171)
Swap - 4131	EUR + Spread vs. % CDI	Valor justo	89.378	(4.480)	-

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os objetos de *hedge* anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa: A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor		Ganho no resultado abrangente
			principal	Saldo ativo/(passivo)	
Contas a Pagar	USD	Fluxo de Caixa	177.804	(177.804)	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	177.804	5.259	295

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4(e)). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA (CONSOLIDADO)

	2018				
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por <i>hedge</i>	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma

16 INVESTIMENTOS

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	73,52%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	26,48%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Indireta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Farma	100%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	863.705	499.271	5.843	3.318	1.372.137
Aumento de capital	88.300	–	–	–	88.300
Equivalência patrimonial	43.399	60.046	(2.078)	2.868	104.235
Stock Option	1.963	30	130	–	2.123
Ajuste de avaliação patrimonial	(89)	(15)	–	–	(104)
Alienação de investimentos (*)	(164.119)	–	–	–	(164.119)
Dividendos	(7.824)	(14.703)	–	–	(22.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	825.335	544.629	3.895	6.186	1.380.045
Aumento de capital	88.900	–	6.120	–	95.020
Equivalência patrimonial	44.692	31.103	(1.202)	5.376	79.969
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(5.561)	20.351	–	–	14.790
Stock Option	1.169	2	34	–	1.205
Ajuste de avaliação patrimonial	350	47	39	–	436
Dividendos a receber	(6.759)	(59.119)	–	–	(65.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	948.126	537.013	8.886	11.562	1.505.587

(*) Alienação da Controladora para a Cosmed, a valor de livros, que passou a ser acionista da Brainfarma.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, com também no total de seus ativos e passivos:

	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.835.398	593.570	1.283.074	34.517	44.692
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	701.698	148.097	289.406	59.757	31.103
My Agência de Propaganda Ltda.	9.435	550	4.560	(1.202)	(1.202)
2017	1.671.412	546.488	1.164.734	56.217	43.399
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	710.741	157.812	278.626	61.913	60.046
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	8.058	4.164	13.100	(2.078)	(2.078)
My Agência de Propaganda Ltda.	–	–	–	–	–

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício de operações entre a Investidora e suas Investidas, devidamente eliminados.

b. Equivalência patrimonial

	Quantidade de ações e quotas	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2018	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2018	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2017
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.525.000.947	537.013	100%	31.103	537.013	60.046	597.320
My Agência de Propaganda Ltda.	20.129.999	8.886	100%	(1.202)	8.886	(2.078)	3.895
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	302.326.223	948.126	100%	44.692	948.126	43.399	772.644
Bionovis S.A.	6.000.000	46.252	25%	5.376	11.562	2.868	6.186
				79.969	1.505.587	104.235	1.380.045

17 PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Refere-se aos imóveis locados, sendo um imóvel utilizado como centro de distribuição locado a terceiros e um imóvel utilizado pela Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (Fábrica de Adoçantes), conforme laudo técnico realizado por empresa independente, o valor justo total dos imóveis é de R\$ 255.000.

18 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109
Adições	–	–	5.368	–	708	200	6.276	485	6.761
Baixa	–	(17)	(369)	(41)	(86)	(77)	(590)	–	(590)
Depreciação	–	(4.292)	(6.378)	(795)	(725)	(1.438)	(13.628)	–	(13.628)
Transferência	–	3.381	7.233	(1)	86	(1)	10.698	(10.698)	–
Reclassificado para Propriedade para Investimento	(2.856)	(96.224)	(9.730)	–	–	(1.356)	(110.166)	2.990	(107.176)
Reclassificação de ativo mantido para venda	–	–	693	107	(17)	–	783	–	783
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Custo total	2.303	53.709	67.785	4.778	12.797	17.080	158.452	178	158.630
Depreciação acumulada	–	(23.428)	(34.482)	(4.497)	(4.372)	(6.592)	(73.371)	–	(73.371)
Valor contábil	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Adições	5.058	–	6.282	–	1.848	–	13.188	2.429	15.617
Baixa	(270)	(5.082)	(162)	–	(7)	(8)	(5.529)	–	(5.529)
Impairment	–	–	(1.228)	–	–	–	(1.228)	–	(1.228)
Depreciação	–	(2.497)	(4.950)	(101)	(639)	(1.009)	(9.196)	–	(9.196)
Transferência	–	–	733	–	(2)	–	731	(731)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923
Custo total	7.091	47.035	71.284	4.778	14.621	15.268	160.077	1.876	161.953
Depreciação acumulada	–	(24.333)	(37.306)	(4.598)	(4.996)	(5.797)	(77.030)	–	(77.030)
Valor contábil	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702
Adições	–	1.376	56.177	60	2.908	1.326	61.847	62.689	124.536
Baixa	–	(17)	(5.121)	(76)	(154)	(3)	(5.371)	–	(5.371)
Impairment	–	–	(1.383)	–	–	–	(1.383)	–	(1.383)
Depreciação	–	(10.264)	(41.145)	(836)	(1.879)	(3.654)	(57.778)	–	(57.778)
Transferência	–	9.776	48.339	(4)	332	185	58.628	(57.712)	916
Reclassificado para Propriedade para Investimento	(2.788)	(88.195)	(9.730)	–	–	(1.356)	(102.069)	2.990	(99.079)
Reclassificação de ativo mantido para venda	–	20	1.116	107	(17)	–	1.226	1	1.227
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Custo total	16.060	343.303	859.461	7.141	43.992	42.378	1.312.335	71.367	1.383.702
Depreciação acumulada	–	(69.872)	(355.454)	(6.710)	(23.065)	(21.831)	(476.932)	–	(476.932)
Valor contábil	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Adições	5.059	14	50.530	–	3.759	729	60.091	68.437	128.528
Baixa	(270)	(5.082)	(2.063)	(12)	(16)	(9)	(7.452)	(8)	(7.460)
Impairment	–	–	(6.511)	–	–	–	(6.511)	–	(6.511)
Depreciação	–	(11.522)	(41.131)	(133)	(1.889)	(3.398)	(58.073)	–	(58.073)
Transferência	–	29.005	59.693	–	696	349	89.743	(89.091)	652
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906
Custo total	20.849	365.649	947.422	7.095	48.382	41.644	1.431.411	50.705	1.481.746
Depreciação acumulada	–	(79.803)	(382.897)	(6.809)	(24.905)	(23.426)	(517.840)	–	(517.840)
Valor contábil	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906

19 INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado	
2018	2017	2018	2017
Agios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	45.917	45.917	45.917
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	967.154	967.154	967.154
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	743.029	743.029	743.029
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	666.808	666.808	666.808
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	33.955	33.955	33.955
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	17.857	17.857	17.857
Finn Administradora de Marcas Ltda.	4.273.190	4.273.190	4.273.190
Marcas e patentes	340.529	343.837	336.723
Direitos de uso e softwares	13.208	12.468	50.113
Desenvolvimento de produtos	10.447	9.715	202.505
	4.637.374	4.639.210	4.862.531

Os agios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

	Marcas e patentes	Softwares e Direitos de uso	Desenvolvimento de produtos	Agios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778
Adições	60	4.930	761	–	5.751
Baixa	–	(1)	–	–	(1)
Impairment (*)	(2.000)	–	–	–	(2.000)
Amortização	(3.306)	(4.973)	(39)	–	(8.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	343.837	12.468	9.715	4.273.190	4.639.210
Custo total	360.620	79.279	10.095	4.273.190	4.723.184
Amortização acumulada	(16.783)	(66.811)	(380)	–	(83.974)
Valor contábil	343.837	12.468	9.715	4.273.190	4.639.210
Adições	–	5.373	924	–	6.297
Baixa	–	(8)	–	–	(8)
Amortização	(3.308)	(4.625)	(192)	–	(8.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	340.529	13.208	10.447	4.273.190	4.637.374
Custo total	360.620	83.734	11.019	4.273.190	4.728.563
Amortização acumulada	(20.091)	(70.526)	(572)	–	(91.189)
Valor contábil	340.529	13.208	10.447	4.273.190	4.637.374

Controladora

	Controladora	Consolidado	
2018	2017	2018	2017
Agios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	45.917	45.917	45.917
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	967.154	967.154	967.154
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	743.029	743.029	743.0

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Passivos					Derivativos (Ativos/Passivos)				
	Emprestimos e debêntures a pagar	Títulos a recolher	Tributos a Recolher	Dividendos propostos	Outros ativos financeiros	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total	
Em 31 de dezembro de 2017	656.329	19.669	60.692	581.299	(65.010)	(10.132)	818	7.737.759	8.981.424	
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento										
Compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	(4.282)	(4.282)	
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	11.701	11.701	
Pagamento de empréstimos - tomados	219.253	-	-	-	-	-	-	-	219.253	
Pagamento de empréstimos - principal	(323.286)	(2.769)	(860)	-	(2.445)	619	-	-	(328.741)	
Pagamento de empréstimos - juros	12.013	1.170	3.405	-	(4.173)	(58.784)	5.602	-	(40.767)	
Hedge empréstimos - juros pagos	-	-	-	-	-	5.660	(1.061)	-	4.599	
Dividendos pagos	-	-	-	(632.995)	-	-	-	-	(632.995)	
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(92.020)	(1.599)	2.545	(284.845)	(6.618)	(52.505)	4.541	7.419	(771.232)	
Outras variações										
Outros ativos	-	-	-	-	(12.819)	-	-	-	(12.819)	
Tributos a recolher	-	-	(46)	-	-	-	-	-	(46)	
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(897)	(897)	
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	8.193	8.193	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	611.991	-	-	-	-	611.991	
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	371.176	371.176	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	295	295	
Constituição de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728	
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	41.887	11	-	41.898	
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	3.508	11.387	-	14.895	
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	61	(61)	-	-	
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	14.699	(8.094)	-	6.605	
Transferência posição hedge fornecedores	-	-	-	-	-	(4.810)	(1.795)	-	(6.605)	
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	(46)	611.991	(12.819)	55.345	1.448	522.495	1.178.414	
Em 31 de dezembro de 2018	564.309	18.070	63.191	560.295	(84.447)	(7.292)	6.807	8.267.673	9.388.606	

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a. Composição dos tributos diferidos ativos: Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2019. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágio de aquisição de empresas (Nota 19), que cessará em 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	1.204.275	1.068.340	1.219.317	1.082.869
Contingências	61.955	55.334	66.876	61.777
Ágios amortizados	6.440	29.346	6.440	29.346
Perda de crédito esperada	56.652	56.478	59.816	59.826
Provisão para perdas nos estoques	9.701	6.728	22.159	22.795
Outras diferenças temporárias	79.997	103.211	112.649	139.991
Total do crédito tributário	1.419.020	1.319.437	1.489.257	1.396.604

(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)

Saldo remanescente do crédito tributário 27.745 30.331

b. Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágios	1.532.847	1.402.001	1.532.847	1.402.001
Valor justo do imobilizado - combinações de negócios	11.762	12.366	47.170	53.842
Outros	23.525	21.135	110.680	94.848
Total do débito tributário	1.568.134	1.435.502	1.690.697	1.550.691

(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)

Saldo remanescente do passivo diferido 149.114 116.065 231.185 184.418

26 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

Prognóstico de Perda Provável	2018				Prognóstico de Perda Provável	2017			
	Contingências Assumidas na Combinação de Negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Depósitos Judiciais		Contingências Assumidas na Combinação de Negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Depósitos Judiciais
Cível	1.759	10.300	-	12.059	1.786	9.598	-	11.384	
Trabalhista	91.979	31.039	(26.418)	96.600	68.438	32.775	(18.712)	82.501	
Tributária	44	43.266	(259)	43.051	42	46.079	(256)	45.865	
Administrativas/outras	3.363	471	(172)	3.662	3.243	787	(33)	3.997	
	97.145	85.076	(26.849)	155.372	73.509	89.239	(19.001)	143.747	

Prognóstico de Perda Provável	2018				Prognóstico de Perda Provável	2017			
	Contingências Assumidas na Combinação de Negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Depósitos Judiciais		Contingências Assumidas na Combinação de Negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Depósitos Judiciais
Cível	1.779	10.300	-	12.079	1.786	9.598	-	11.384	
Trabalhista	106.149	31.039	(30.154)	107.034	87.172	32.775	(23.365)	96.582	
Tributária	46	43.266	(261)	43.051	114	46.079	(269)	45.924	
Administrativas/outras	3.643	471	(172)	3.942	3.387	787	(33)	4.141	
	111.617	85.076	(30.587)	166.106	92.459	89.239	(23.667)	158.031	

Movimentação das Contingências

	Controladora					2018	Consolidado				
	2017	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos		2017	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos
Cível	11.384	834	1.271	(974)	(456)	12.059	11.384	836	1.295	(980)	12.079
Trabalhista	101.213	10.054	43.405	(18.094)	(13.560)	123.018	101.213	10,054	43,405	(18,094)	123,018
Tributária	46.121	723	-	(3.534)	-	43.310	46.121	723	-	(3,534)	43,310
Administrativas/outras	4.030	368	144	(526)	(182)	3.834	4.030	368	144	(526)	3,834
	162.748	11.979	44.820	(23.128)	(14.198)	182.221	162.748	11,979	44,820	(23,128)	182,221
Depósitos judiciais	(19.001)	(6.252)	(6.865)	4.346	923	(26.849)	(19.001)	(6,252)	(6,865)	4,346	(26,849)
	143.747	5.727	37.955	(18.782)	(13.275)	155.372	143.747	5,727	37,955	(18,782)	155,372

A Companhia e suas controladas respondem em uma quantidade aproximada de 1.236 processos trabalhistas em que se discutem horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos, no montante total de R\$ 106.149.

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, incluindo em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista/Cível/Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	2.020	-	8.050	8.393	18.463
Mantecorp	36.836	2.955	-	26.822	66.613
	38.856	2.955	8.050	35.215	85.076

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas. O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 85.076, sendo R\$ 31.039 referente a processos trabalhistas, R\$ 10.300 referente a processos cíveis, R\$ 43.266 referente a processos tributários e R\$ 471 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível: São 8 processos, dos quais 1 decorrente da aquisição da Mabesa e 7 da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 10.300. Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CME) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 8.487, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente.

De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista: São 245 processos, dos quais 107 decorrentes da aquisição da Mabesa, 80 da Mantecorp Logística e 58 Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios estava estimado em R\$ 31.039.

(iii) Tributária: São aproximadamente 191 processos, dos quais 89 decorrentes da aquisição da Mabesa, outros 12 da Mantecorp Logística e 90 Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 43.266.

(iv) Administrativas/outras: São 18 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 471.

(v) Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários - possíveis e prováveis: Além de valores provisionados na combinação de negócios como descrito acima, existem outras contingências que a Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários. O Estado de São Paulo ajuizou ação cível pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 188.698 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução. A Johnson & Johnson ajuizou ação ordinária contra a Empresa Facilit alegando que o Fio Dental Sanifill Premium, Fio Extrafino Sanifill Premium e a Fita Dental Sanifill Premium violam os direitos exclusivos decorrentes da patente PI 9805134-2, intitulada "fio dental que apresenta uma resistência aperfeiçoada ao esgarçamento e ao desfibramento". A ação foi julgada procedente e determinada à apuração de valores indenizatórios através de liquidação de sentença. Diante disto, alteramos a estimativa de perda para Provável de responsabilidade dos Sócios Vendedores (R\$ 3.006), e o processo se encontra em grau de Recurso. A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.165.842	949.567	1.224.852	998.262
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRC/S à alíquota combinada	(396.386)	(322.853)	(416.559)	(339.334)
Resultado de equivalência patrimonial	37.179	31.156	4.185	1.785
Adições/exclusões permanentes	(11.311)	(9.871)	(17.154)	(14.805)
Subvenções governamentais	126.200	119.301	126.200	121.394
Juros sobre capital próprio declarado - JSCP	208.077	197.642	208.077	197.640
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
Corrente	134.111	115.355	92.274	66.359
Diferido	(170.352)	(99.980)	(187.525)	(99.679)
	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
Operações descontinuadas	11.804	68.502	(791)	68.551
Operações continuadas	(48.045)	(53.127)	(94.460)	(101.871)
	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
	3%	2%	8%	3%

24 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recolher	39.146	36.072	49.269	46.835
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.106	1.106	6.748	8.581
Outros impostos a recolher	1.815	1.537	7.174	5.276
	42.067	38.715	63.191	60.692
Circulante	33.126	31.942	54.250	53.919
Não circulante	8.941	6.773	8.941	6.773

25 CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fretes a pagar	12.039	14.092	14.155	16.291
Serviços prestados	22.978	29.167	40.503	51.368
Verbas, acordos comerciais e publicidade	33.028	89.135	33.028	89.135
Aluguéis	1.054	1.729	6.185	7.360
Receitas a transcorrer	11.215	21.129	11.215	21.467
Compras de ativo fixo	1.290	448	13.761	7.229
Obrigações oriundas de alienação	18.297	-	18.297	-
Outras	12.543	6.941	24.904	19.654
	112.444	162.641	162.048	212.504
Circulante	110.841	151.125	168.446	200.649
Não circulante	1.603	11.516	1.602	11.855

Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos ex-proprietários (Nota 14).

b. Contingências possíveis - Responsabilidade da Companhia e suas Controladas: A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma

e. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais: Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendada pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta reductora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária: Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros: Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Proposta de destinação do resultado: Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2018:

	2018
Resultado líquido do exercício	1.129.601
Parcela de ajustes de períodos anteriores	(2.705)
Lucro a ser destinado	1.126.896
Constituição da reserva de subvenção governamental (I)	(371.176)
Constituição de reserva para Orçamento de Capital (Reserva de retenção de lucros)	(143.728)
Base de cálculo dos dividendos	611.992
Juros sobre capital próprio (II)	(611.992)

I. As controladas não possuem subvenção governamental. II. Foram aprovadas pelas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de março de 2018, 28 de junho de 2018, 27 de setembro de 2018 e 18 de dezembro de 2018, a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia que foram pagos em 09 de janeiro de 2019.

28 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas brutas de produtos	4.474.502	4.240.851	4.474.927	4.240.866
Devoluções	(70.051)	(77.618)	(70.051)	(77.618)
Descontos incondicionais	(179.542)	(210.294)	(179.542)	(210.294)
Descontos promocionais	(212.191)	(189.237)	(212.191)	(189.237)
Impostos	(168.255)	(141.319)	(288.834)	(263.818)
Receita líquida	<u>3.844.463</u>	<u>3.622.383</u>	<u>3.724.309</u>	<u>3.499.899</u>

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares, (b) os consumidores e clientes não possuem distinções relevantes; (c) a empresa atua apenas em território nacional e (d) as apresentações a investidores citando diferentes tipos de produtos refletem diferentes modelos de go to market. Nesse sentido a Companhia vem, cada dia mais, capturando as sinergias entre esses diferentes modelos e avançando estrutura única de sell-out. Adicionalmente, as tomadas de decisões sobre recursos a serem alocados não estão ligados a segmentos de negócios, mas ocorrem individualmente por produtos a serem lançados, culminando com avaliações de desempenho geral dos resultados operacionais para todo o portfólio de produtos.

29 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(1.468.457)	(1.352.749)	(1.059.032)	(926.746)
Matéria-prima	-	-	(381.358)	(326.938)
Material de embalagem	-	-	(209.699)	(195.203)
Mão-de-obra	-	-	(255.913)	(225.329)
Despesas com depreciações e amortizações	-	-	(46.883)	(39.789)
Revenda	(1.413.896)	(1.307.414)	(106.730)	(62.392)
Perdas nos estoques	(54.561)	(45.335)	(56.363)	(46.016)
Variações dos estoques/outras	-	-	(2.086)	(31.079)
Despesas com vendas e marketing	(1.224.223)	(1.138.028)	(1.299.472)	(1.225.257)
Despesas com marketing	(842.828)	(779.841)	(820.207)	(758.240)
Gastos com propaganda e publicidade	(359.891)	(357.248)	(355.984)	(346.015)
Acordos, verbais e outros	(69.302)	(62.237)	(69.303)	(61.067)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(413.635)	(360.356)	(394.920)	(351.158)
Despesas com vendas	(381.395)	(358.187)	(479.265)	(467.017)
Força de vendas	(214.138)	(185.187)	(224.723)	(202.025)
Despesas com fretes e logística	(84.046)	(76.617)	(86.511)	(78.549)
Pesquisa e Desenvolvimento	(9.797)	(12.232)	(73.916)	(84.373)
Despesas com depreciações e amortizações	(6.822)	(5.968)	(24.774)	(16.676)
Demais despesas	(66.592)	(78.183)	(69.341)	(85.394)
Despesas administrativas e gerais	(134.613)	(133.462)	(181.754)	(184.428)
Salários e encargos sociais	(71.205)	(61.099)	(118.602)	(119.095)
Advogados, assessórias e auditoria	(32.914)	(34.213)	(42.613)	(44.233)
Despesas com depreciações e amortizações	(9.348)	(9.244)	(13.347)	(12.004)
Demais despesas	(21.146)	(28.804)	(7.192)	(9.096)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ganhos (Perdas) eventuais (*)	67.761	(6.478)	40.716	(8.679)
Depreciação de propriedades para investimentos	(3.927)	(4.825)	(3.927)	(4.825)
Receitas de alugueis	23.045	22.035	20.641	19.965
Contingências cíveis e trabalhistas	(15.110)	(7.255)	(17.084)	(12.801)
	<u>71.769</u>	<u>3.477</u>	<u>40.346</u>	<u>(6.340)</u>

(*) em 2018 referem-se, substancialmente, à recuperação de créditos tributários.

c. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros ativos	17.631	23.761	21.907	28.842
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	54.537	115.630	63.936	138.249
	<u>72.168</u>	<u>139.391</u>	<u>85.843</u>	<u>167.091</u>

d. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre financiamentos	(16.282)	(12.069)	(34.492)	(27.165)
Juros sobre empréstimos	(1.828)	(20.085)	(1.828)	(20.085)
Juros sobre títulos a pagar	(1.170)	(1.854)	(1.170)	(1.854)
Atualizações monetárias sobre contingências	(11.979)	(11.770)	(13.132)	(13.887)
Parcelamentos fiscais	(282)	(335)	(282)	(322)
Debitêntes	(4.931)	(15.930)	(4.932)	(15.930)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(3.831)	(2.238)	(3.813)	(2.420)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(16.643)	(16.708)	(17.193)	(17.306)
Custo de Hedge e variação cambial de empréstimos	(182)	164	(182)	164
Custo de Hedge e variação cambial de fornecedores e clientes	40	1.655	(7.237)	(12.132)
Reversões de ajuste a valor presente	-	-	-	(228)
Outros	(544)	(1.474)	(1.497)	(2.575)
	<u>(57.632)</u>	<u>(80.644)</u>	<u>(85.758)</u>	<u>(113.740)</u>

30 RESULTADO POR AÇÃO

a. Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2018			2017		
	Operações continuadas	Operações descontinuidas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuidas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.135.399	(5.798)	1.129.601	1.111.476	(146.534)	964.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	631.998	631.998	631.998	630.513	630.513	630.513
Lucro básico por ação	<u>1.79652</u>	<u>(0.00917)</u>	<u>1.78735</u>	<u>1.76281</u>	<u>(0.23240)</u>	<u>1.53041</u>

b. Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

	2018			2017		
	Operações continuadas	Operações descontinuidas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuidas	Total
Lucro						
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.135.399	(5.798)	1.129.601	1.111.476	(146.534)	964.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	631.998	631.998	631.998	630.513	630.513	630.513
Ajustes de:						
Opções de compra de ações (milhares) (I)	7.501	7.501	7.501	5.896	5.896	5.896
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	639.499	639.499	639.499	636.409	636.409	636.409
Lucro diluído por ação	<u>1.77545</u>	<u>(0.00907)</u>	<u>1.76639</u>	<u>1.74648</u>	<u>(0.23025)</u>	<u>1.51623</u>

(I) Segue abaixo a composição das opções de compras de ações:

	2018
Stock Option	5.377
Valor estimado Plano Machting 2017	314
Valor estimado Plano Machting 2018	584
Plano Restricted	<u>1.226</u>
	<u>7.501</u>

31 COMPROMISSOS

Compromissos com arrendamento mercantil operacional: Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de alugueis de prédios, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2018
Menos de um ano	5.552
Mais de um ano e menos de cinco anos	14.524
Mais de cinco anos	<u>4.460</u>
	<u>24.536</u>

32 COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	283.840	1.636.335
Alteração de valores em risco	100.000	300.000
Vendaval/fumaça	450.000	1.328.044
Outras Coberturas	75.148	218.219

33 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores. Por meio de um Acordo de Acionistas celebrado em 23 de junho de 2010, e posteriormente aditado em 16 de março de 2016, 24 de outubro de 2016 e em julho de 2017, pertencem ao Bloco Alves de Queiroz Filho, que detém 21,42% de seu capital social; Sr. Álvaro Stainfeld Link, que detém 0,12% do seu capital social; Sr. Claudio Bergamo dos Santos, que detém 0,76% de seu capital social; e Maiorem, S.A. de C.V., que detém 14,77% de seu capital social. Os 62,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. No caso, tanto a Cosmed quanto a Brainfarma produzem e vendem praticamente toda a produção para a Hypera comercializar no mercado. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e alugueis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo estão demonstradas abaixo: • O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo Índice IGP-M-FGV, e o prazo de vencimento é 27 de fevereiro de 2020. • O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo índice IGP-M-FGV e o prazo de vencimento é 02 de maio de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes. • O contrato de aluguel com a Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (Fábrica de Adoçantes) será corrigido pelo índice IGP-M-FGV a partir de 01 de abril de 2019 e o prazo de vencimento é 31 de março de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

a.1 Nos ativos e passivos:

	Controladora					
	2018		2017		2016	
	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores a pagar	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Outros valores a pagar
Empresas						
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	3.321	449	(66.061)	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	5	-	-	-	-
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	-	-	(336.465)	(2.644)	(4)	-
Universo Online S.A.	-	-	-	(746)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	3.321	454	(402.526)	(746)	(2.644)	(4)

	Consolidado					
	2018		2017		2016	
	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores a pagar	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Outros valores a pagar
Empresas						
Universo Online S.A.	-	-	-	(746)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	(746)	-	-

	Controladora					
	2017		2016		2015	
	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores a pagar	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Outros valores a pagar
Empresas						
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	3.199	-	(70.435)	(1.070)	(22)	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	72	-	-	-	-
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	-	-	309	(323.616)	(304)	-
Universo Online S.A.	-	-	-	(604)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	(15)	-	-
Total	3.199	72	309	(394.051)	(619)	(1.374)

Empresas

Assuntos

Porque é um PAA?

Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Assuntos

Porque é um PAA

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da necessidade de um acompanhamento periódico e tempestivo dos desenvolvimentos do assunto e seus correspondentes efeitos. Foi também considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão do estágio das investigações, ainda em curso, das limitações inerentes aos processos de investigações internas que são particularmente significativas, bem como das eventuais consequências de identificação de violações de leis e de regulamentos pelo Poder Judiciário, que poderiam resultar em multas, sanções, penalidades, litígios e/ou restrições em negócios futuros da Companhia de órgãos reguladores e/ou administrativos.

Contingências fiscais, tributárias e trabalhistas (Notas 3 e 26)

Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios estão as contingências fiscais, tributárias e trabalhistas. Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente e contratos firmados com ex-proprietários de negócios adquiridos ou novos proprietários de negócios vendidos em relação à responsabilidade pelas obrigações. Algumas leis e regulamentos têm também elevado grau de complexidade e, portanto, a mensuração, o reconhecimento e as divulgações relacionadas aos riscos e/ou, em certos casos, a aderência à leis e regulamentos, envolvem interpretação. Portanto, a decisão de reconhecimento de um ativo ou passivo e as suas correspondentes bases de mensuração ou, ainda, as divulgações de riscos consideram exercício de julgamento crítico da administração, a partir de posições de seus consultores jurídicos internos e externos.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os

requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

GoIânia, 21 de fevereiro de 2019

Valdir Renato Coscoda
 Contador CRC 1SP165875/O-6

A Administração

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitido nesta data.

Breno Toledo Pires de Oliveira
 Diretor Presidente Executivo (CEO)

Vivian Karina Trujillo Angiolucci
 Diretora Executiva Financeira (CFO)

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019
Juliana Aguinaga Damião Salem
 Diretora Executiva Jurídica e de Compliance

Armando Luís Ferreira
 Diretor Tributário

Adalmaro Ghovatto Satheler do Couto
 Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Breno Toledo Pires de Oliveira
 Diretor Presidente Executivo (CEO)

Vivian Karina Trujillo Angiolucci
 Diretora Executiva Financeira (CFO)

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019
Juliana Aguinaga Damião Salem
 Diretora Executiva Jurídica e de Compliance

Armando Luís Ferreira
 Diretor Tributário

Adalmaro Ghovatto Satheler do Couto
 Diretor de Relações com Investidores

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Hypera S.A.** ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2019, as Demonstrações Financeiras: Individual (controladora) e Consolidada (Hypera Pharma e suas controladas) e as notas explicativas integrantes das mesmas, o Relatório Anual da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as propostas neles contidas, inclusive a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019. Com base nos exames efetuados e considerando-se ainda o parecer emitido pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") nesta data, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados concluíram por unanimidade, em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 24 de abril de 2019.

Marcelo Curti

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019
Mauro Stacchini Junior

Roberto Daniel Flesch

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário para o Exercício de 2018

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da **Hypera S.A.** ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), constituído em 22 de julho de 2016, tem como principais responsabilidades (i) supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (iii) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da Hypera Pharma assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe também à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. A Auditoria Interna da Companhia tem como atribuições avaliar os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para a elaboração das demonstrações financeiras. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypera Pharma em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas

pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo CAE baseiam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos nos diversos segmentos da Companhia.

ATIVIDADES DO CAE

No decorrer do ano de 2018 e até a presente data, o CAE reuniu-se em 14 ocasiões, com os seguintes objetivos: i. Ciência dos trabalhos realizados pela Diretoria de Governança, Riscos e Compliance e verificação do cumprimento da política de gestão de riscos, bem como mapa de riscos atualizado; ii. Acompanhamento dos procedimentos que estão sendo adotados pela Companhia para mitigação de riscos de compliance em suas atividades, garantindo a eficácia dos controles de aderência às leis, regulamentos e políticas da Companhia; iii. Discussão e análise das principais práticas contábeis utilizadas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e do balanço anual; iv. Ciência das principais contingências que envolvem a Companhia; v. Discussão dos pontos de atenção ou melhoria observados no decorrer dos trabalhos de Auditoria Externa relativamente a controles internos e a aspectos contábeis; vi. Aprovação do planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para o ano de 2019; vii. Análise do resultado dos trabalhos de Auditoria Interna bem como o plano de ação, no ano de 2018; viii. Acompanhamento dos trabalhos de elaboração das demonstrações financeiras referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2018; ix. Contratação da PricewaterhouseCoopers em substituição à KPMG Auditores Independentes; e x. Atualização dos trabalhos realizados

pelo Comitê Independente da Companhia, constituído em abril de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, com o propósito de coordenar nova apuração interna dos fatos objeto do Aviso de Fato Relevante de 10 de abril de 2018 e do Comunicado ao Mercado de 20 de abril de 2018; foram realizadas 4 reuniões presenciais com os membros do Comitê Independente da Companhia e assessores contratados. Em reuniões realizadas em 28 de janeiro de 2019 e 19 de fevereiro de 2019 foram discutidas e analisadas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, com a presença dos auditores externos da Companhia.

CONCLUSÃO

O CAE reconhece e suporta as iniciativas da Companhia no sentido de rever processos e implementar melhorias em controles internos e nas práticas de gerenciamento de riscos. O CAE com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, bem como a data de constituição do CAE, entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019

Álvaro Stainfeld Link - Coordenador do CAE

Ademir José Scarpin

João Martinez Fortes Junior